

A CÁRITAS

9 – “O verdadeiro cego é aquele que não quer ver”

P. *Boa tarde. Este é um programa da responsabilidade da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco, como habitualmente, representada por Elicídio Bilé.*

Depois da abordagem que aqui fez em programas anteriores, sobre a realidade social nas nossas comunidades e de alguns constrangimentos à convivência social, sobretudo os motivados pela comunicação social e pela actividade político/partidária, hoje certamente trará um novo tema para a nossa reflexão.

Assim, começo por lhe perguntar: - Qual o tema para a conversa deste fim de tarde connosco e com os nossos ouvintes?

R. Boa tarde. O programa de hoje procurará despertar-nos para uma realidade dos nossos dias que tem a ver, em certa medida, com a indiferença com que olhamos para aqueles que, sendo diferentes por serem portadores de algum tipo de deficiência, têm dificuldades acrescidas de mobilidade nas nossas cidades e no acesso aos mais elementares serviços, em igualdade com os restantes cidadãos.

P. *Está a referir-se aos problemas que afectam as pessoas portadoras de deficiência?*

R. De algum modo é disso que se trata. Por isso, hoje vou fazê-lo em jeito de parábola, olhando para o interior das cidades e para a vida que corre nas suas artérias. Faço-o acompanhado de um nosso conterrâneo (imaginário ou, talvez não!).

Chama-se Henrique e tem 19 anos. Completou o 12.º ano, com notas razoáveis (situam-se na média dos 12 valores). Tem sonhos, mas não tem

amigos. É portador de deficiência visual, mas sente que as pessoas não gostam dele.

À partida surgem-me, logo, uma série de interrogações:

- Como abordar este problema?
- Qual o significado da minha relação com ele, enquanto meu conterrâneo?
- Seremos nós tão diferentes?
- Se somos, onde reside a diferença?
- Será que é por eu ver e ele não?

Vamos tentar encontrar a resposta:

Imaginemos (perdoem-me parecer um pouco tétrico), imaginemos, dizia eu, que fomos vitimados por um acidente. Perdemos a consciência e acordamos algumas horas depois numa cama de hospital. Cegos.

- Estão todos a imaginar esta situação?
- O que é que aconteceria?

Provavelmente nenhum de vós, que me está a ouvir, é capaz de imaginar a situação. O que passa pela cabeça de cada um será, talvez:

“Eu não vou ficar cego, isto é uma idiotice”.

Alguns pensarão o seguinte:

“Coitadinhos dos cegos, eu não seria capaz de lidar com essa situação, até porque isso não me vai acontecer a mim”.

Ou seja, o que realmente acontece é que:

“Eu não sou capaz de me colocar na pele do outro”.

Sim, do outro, daquele que é portador de deficiência.

“O problema não é meu, é dele”.

No fundo, eu nem sequer sou capaz de “fazer de conta” que sou cego, nem penso que o cego, o parálítico, o tetraplégico, a pessoa portadora de

deficiência, tem sentimentos: ama, sofre, quer usufruir da vida e caminhar nas nossas cidades, vilas e aldeias.

A verdade é que eu só serei capaz de ajudar o Henrique a viver feliz, se for capaz de me colocar na pele dele, e sentir o que é ser jovem com 19 anos, e diminuído ao ponto de ninguém olhar para ele, de ter vergonha de andar com ele, e de lhe oferecerem uma cidade para viver, na qual ele não pode, sequer, caminhar.

- E porquê?

Porque, como tantas vezes aqui tenho denunciado, as cidades estão repletas de carros nas ruas, carros estacionados em segunda fila, carros em cima de passeios, nas passeadeiras para peões, carros que cortam o trânsito a outros carros em algumas ruas.

Mas ...

- Que é feito das instituições?

- Há quantos anos isto acontece?

- O que faz a câmara municipal?

- Onde pára a polícia?

- **Afinal, o cego é o Henrique?**

- E que dizer das obras de construção e reconstrução de casas, que fecham ruas ao trânsito, que ocupam os passeios e a via pública durante meses a fio, mesmo que as mesmas estejam paradas ou suspensas?

- E quem coloca a sinalização adequada, quando, por acaso, ela é colocada?

- São os empreiteiros de uma forma discricionária, sempre que o queiram fazer, ou estão autorizados e pagam a ocupação da via pública?

- Onde estão os fiscais da autarquia?

- **Afinal, o cego é o Henrique?**

Comemorou-se em **2003** o ano internacional da pessoa com deficiência. Eu ouvi os discursos. Poucos, mas comoventes. Ouvi as promessas dos responsáveis políticos. Poucas mas carregadas de esperança.

- E o que foi feito a favor dos ditos?

Estamos, agora, em **2007**, mas ...

Ah! É verdade, este já não é o ano da pessoa com deficiência! É o ano de outra coisa qualquer, para novos discursos, para novas promessas.

- Será que andamos todos cegos, e surdos, e coxos?

- Será que ninguém vê com olhos de ver, como diz o povo?

- Será que acreditamos, mesmo, que o Henrique não existe?

É que a vida de uma pessoa portadora de deficiência, como a de qualquer um de nós, não se esgota na necessidade de dispor:

- De serviços de saúde capazes de responder aos seus problemas;

- De escolas capazes de ajudar a sua progressão académica;

- De serviços de reabilitação e formação profissional;

- De ter acesso ao emprego, ao trabalho útil e remunerado...

A pessoa portadora de deficiência precisa, como qualquer de nós, dos que nos dizemos normais – não deficientes:

- De ser aceite tal como é, no seu meio familiar, no seu círculo de amigos, nos grupos a que pertence e de neles desempenhar os seus papéis sociais;

- Precisa de se divertir e frequentar locais de diversão, como qualquer cidadão;

- Precisa de ter uma casa, em que possa organizar a sua vida privada, de forma autónoma e independente;

- Precisa de vias públicas na sua cidade, edifícios e meios de transporte, cujas características não constituam barreiras intransponíveis ou quase intransponíveis à sua utilização;

- Precisa de outros meios de sobrevivência alternativos, para que, a cegueira e a surdez de uns tantos, que de espírito embotado, não conseguem enxergar mais do que o seu próprio umbigo, dificultando-lhes, ainda mais, a vida.

É verdade que a responsabilidade é colectiva e solidária, porque todos somos intervenientes como pais, educadores, professores, técnicos, alunos, cidadãos, mas, sobretudo, a responsabilidade maior é daqueles a quem confiámos, pelo voto, o estabelecer as pontes, abrir caminhos, propor e executar soluções, e que não podem mais continuar a ter uma cegueira pior, porque destrutiva, daquela que o Henrique possui.

Lembro o que disse, sabiamente, *Joseph Conrad* – marinheiro e escritor:

“Um navio pode dar à costa por força do mau tempo, mas encalhar tem toda a mediocridade e azedume do erro humano”

P. *Não o interrompi propositadamente, porque seguimos com muito interesse a história que acaba de nos contar e a mensagem forte que ela encerra. E, no meio de tudo isto, qual o papel do Estado?*

R. Quanto a isso, já fiz uma breve referência na história do Henrique. Todos sabemos que, em matéria legislativa, somos pródigos, quer no âmbito da Saúde, do Trabalho ou da Segurança Social mas, na realidade, é necessário mais do que decretos-lei, celebrações e efemérides, para dar resposta aos inúmeros problemas que afectam as pessoas portadoras de deficiência. É necessário evoluir cultural e humanamente, investir na formação e compatibilizar a economia, o direito e a justiça social.

Olhe, vou contar-lhe outra história:

- Madalena é uma criança de 8 anos, irmã mais nova do Henrique. Sofre de surdez profunda há cerca de dois anos provocada por doença genética. Como consequência, tem dificuldades na aprendizagem. O mundo que a rodeia não está preparado para a ajudar. Os serviços públicos propõem-lhe o ensino especial e a aprendizagem da linguagem gestual. Mas, para essa aprendizagem faltam os monitores. É-lhe proposta a deslocação para outro lugar onde existe o ensino deste tipo de linguagem. Mas...

- E os recursos económicos?

- E o emprego precário da mãe?

- Ah! Afinal as respostas são tão ténues.

Dizia a mãe:

- Se ao menos fossemos ricos!

- Se tivéssemos outro estatuto social!

Há dias alguém lhe disse que afinal havia uma solução. Era possível fazer um implante coclear.

- Onde?

- No Estrangeiro?

Perguntou surpreendida.

Responderam-lhe:

- Não. Também se fazem em Portugal.

- Então o Serviço Nacional de Saúde não lhes falou nessa possibilidade?

- Na verdade, tem de se deslocar a Lisboa, Coimbra ou Porto, mas olhe que tem de ir já, porque, como os processadores de voz e os restantes equipamentos são importados, o Serviço Nacional de Saúde está sujeito a autorização especial do Ministério e, mesmo assim, é preciso que esteja dentro da dotação anual para a sua importação.

- Ainda se ela tivesse ficado surda antes dos 3 anos de idade, talvez fosse mais fácil, agora, depois dessa idade, só em circunstâncias clínicas devidamente estudadas é que a Madalena pode ser ou não implantada, e mais dificilmente o Ministério autoriza a importação dos implantes.
- Mas olhe, vá depressa. E anime-se porque sempre teve alguém que a informou.

São apenas duas histórias. Mas serão verdadeiras?

Quem tem ouvidos que oiça.

P. *Essas histórias e o que elas encerram, levam-me a perguntar-lhe:
- O que fazer para combater as desigualdades?*

R. Não existem receitas específicas, para o conseguir. As desigualdades são uma realidade entre os homens, têm natureza diversa das diferenças naturais e manifestam-se quando os homens se colocam em relação. Já na 2.^a carta de S. Tiago podemos ler que:

“Somente o reconhecimento da dignidade humana pode tornar possível o crescimento comum e pessoal de todos”

Ora, para favorecer um semelhante crescimento é necessário, em particular, apoiar os últimos, assegurar efectivas condições de igual oportunidade para todos e garantir uma objectiva igualdade entre as diversas classes sociais perante a lei.

“Deus não faz distinção de pessoas” pois, de acordo com o catecismo da Igreja Católica, todos os homens têm a mesma dignidade de criaturas à sua imagem e semelhança

E, a Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II – *“Gaudium et Spes”* acrescenta que:

“Uma vez que no rosto de cada homem resplandece algo da glória de Deus, a dignidade de cada homem diante de Deus é o fundamento da dignidade do homem perante os outros homens”

E, relativamente às pessoas portadoras de deficiência, a Doutrina Social da Igreja, com base na carta encíclica de João Paulo II *“Laborem Exercens”* diz o seguinte:

«As pessoas deficientes são sujeitos plenamente humanos, titulares de direitos e deveres “Apesar das limitações e dos sofrimentos inscritos no corpo e nas suas faculdades, põem mais em relevo a dignidade e a grandeza do homem”. Dado que é um sujeito com todos os seus direitos, a pessoa deficiente deve ser ajudada a participar na vida familiar e social em todas as suas dimensões e em todos os níveis acessíveis às suas possibilidades.

É necessário promover com medidas eficazes e apropriadas os direitos da pessoa deficiente. “Seria radicalmente indigno do homem e seria uma negação da humanidade comum admitir à vida da sociedade, e portanto ao trabalho, só os membros na posse das funções do seu ser. Com tal procedimento recair-se-ia uma forma grave de discriminação, a dos fortes e sãos contra os fracos e doentes.”»

P. *Mais uma vez respondeu através da posição da Igreja. Ficámos assim mais esclarecidos. Seria bom continuar a ouvi-lo, mas o*

nosso tempo chegou ao fim e é preciso terminar, por isso deixo-lhe o microfone livre para uma curta mensagem final.

R. Para terminar queria dizer que me socorri de uma história ficcionada, com várias leituras possíveis.

Ninguém pode ignorar o que se passa à nossa volta. É urgente olharmos para aqueles que nos rodeiam e termos uma atitude cooperante com aqueles que são ignorados, só porque são diferentes, porque transportam alguma deficiência.

Nós, na Cáritas, não fazemos acepção de pessoas, mas procuramos estar atentos a este tipo de situações, denunciando as incorrecções, propondo soluções, e fazendo pressão junto daqueles que poderão ter respostas adequadas para ultrapassar, ou minorar os problemas das pessoas portadoras de deficiência, como os dos Henrique's e Madalena's do nosso País. Num outro programa abordarei esta temática, mais aprofundada.

Boa tarde.

P. *Terminamos mais um programa da responsabilidade de Elicídio Bilé, que em nome da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco, partilha connosco algumas preocupações do dia a dia deste serviço da Igreja a favor dos mais necessitados.*

Muito boa tarde.

Portalegre, 4 de Julho de 2007

Elicídio Bilé